

De “O Nome da Rosa” ao “O Código Da Vinci” verdade, mentira, autoritarismo e individualismo na disseminação da informação

Patrícia Zeni Marchiori

Resumo

Apresenta uma leitura de dois *best sellers* contemporâneos sob o ponto de vista da disseminação da informação. Discutem-se os conceitos de verdade, a busca da verdade, o acesso à informação, as motivações e critérios individuais que se sobrepõem à necessidade, validação e uso da informação. Considerando-se que o universo pessoal representa a fronteira do entendimento e da aceitação da informação como verdade, pelo menos três dimensões concorrem para o acesso à informação, e são afetadas pelas novas tecnologias. Tais tecnologias respaldam uma nova ordem de comunicação, cuja tendência crescente é a de transferir a responsabilidade plena sobre o processo de busca e uso da informação para o consumidor, acarretando leituras não convencionais sobre critérios de qualidade da informação e o surgimento de uma nova categoria de direitos civis: o direito intelectual.

Palavras-chave

Disseminação da informação – O Nome da Rosa; Disseminação da informação – O Código Da Vinci; Disseminação da informação – verdade; Informação – critérios de qualidade; Direito intelectual

From “The Name of the Rose” to “The Da Vinci Code” truth, lie, authoritarianism and individualism in the dissemination of information**Abstract**

Whilst information dissemination has been the subject of much scrutiny, two contemporary best sellers offer the opportunity to discuss some aspects about the concept of truth, the search for truth, information access, motivation and individual criteria regarding information seeking behavior. New technologies pervade this scenario, creating a new communication order, in which the ultimate information consumer is now the solely responsible for his/her (cognitive) information quality control. A new class of ideas is rising on this matter, named so far as “intellectual rights”.

Key words

Information dissemination – The Name of the Rose; Information dissemination – The Da Vinci Code; Information dissemination - truth; Information - quality criteria; Intellectual rights

1 MATINAS...

“Teme Adso, os profetas e os que estão dispostos a morrer pela verdade, pois de hábito levam à morte muitíssimos consigo, freqüentemente antes de si, às vezes em seu lugar”.(Umberto Eco)

Para que serve todo o processo de identificação, coleta e processamento da informação se o objetivo final não é colocá-la, renovada, como combustível na máquina de produção do conhecimento humano? O esforço na construção de sistemas de informação de qualquer tipo obedeceu e obedecerá a um único destino: sua disseminação¹. Teorias comumente aceitas na arena de profissionais da informação definem que a informação devidamente selecionada, repassada em tempo preciso e em contexto pertinente, levará a seu uso pragmático, normalmente aliado ao processo de tomada de decisão bem sucedido. De posse da informação “correta”, da informação “de qualidade”, da “boa” informação somos capazes de agir de forma competente no mundo. Racionalmente, ao atingir-se o topo da pirâmide dado-conhecimento ocorre a tomada de decisão inteligente, resultante da escolha entre um número fixo de alternativas associadas às suas conseqüências.

Tal assertiva e suas variações são aceitas como princípio básico do “fazer” destes profissionais. Contudo, fraturas de toda ordem aparecem quando se coloca, sobre as etapas do ciclo de gerenciamento da informação, a lupa da condição humana e sua opção preferencial (?) pela busca da verdade. Decidir está ligado ao fato e à condição de verdade deste fato, existindo aqueles que encontram obrigatoriamente uma relação entre os dois conceitos². Em um processo comunicativo puro, oferecer uma informação requer, tanto por parte de quem a emite como de quem a recebe, um compromisso de reprodução da realidade como ela é. COUTINHO (2004) explora compreensão do conceito de verdade a partir de suas acepções nas línguas que oferecem estrutura para o pensamento ocidental.

¹ Para fins deste artigo, o termo disseminação é utilizado como sendo o estado de difusão ou propagação de idéias, pensamentos e, portanto, de informação. Neste sentido difere de “distribuição”, entendida como um dos quatro componentes do *mix* de *marketing*, normalmente relacionado a serviços e produtos no contexto da área de indústria e negócios.

² *verum ipsum factum*.

Na origem latina a verdade é "veritas", histórica, e se relaciona ao passado, ou faz referência a um tempo que precede sua construção no momento da enunciação. Já para o grego verdade é "alethéia", que em uma tradução literal significaria desvelamento, conceito que tem uma epocalidade, uma ligação com o presente. Finalmente para os hebreus a verdade é expressa no termo "emunah", que possui a mesmo (*sic*) origem de amém, e se dirige a uma noção de porvir, de profissão de fé, de aposta no futuro, tempo em que se localizaria sua concretização. (COUTINHO, 2004, p. 3-4).

Convenientemente, latim, grego e hebraico estão presentes em dois *best sellers* contemporâneos³ que apresentam vasto material para a discussão de questões relativas à “verdades de fato” e, conseqüentemente, a “mentiras de fato”⁴. William de Baskerville, de “O Nome da Rosa”, desafia a soberba e a pretensão humanas na patética tentativa da onisciência declarando que, “[...] talvez a missão daqueles que amam a humanidade seja fazer as pessoas rirem da verdade, fazer a verdade rir, porque a única verdade está em aprender a nos libertarmos da insana paixão pela verdade”. Robert Langdon, ao início do filme “O Código Da Vinci”, estimula a platéia a repensar seus conceitos na interpretação de símbolos, em que contextos sociais, históricos, culturais levam o ser humano a enxergar aquilo que quer ver e, não raras vezes, aceitar tal leitura como verdadeira.

Do relativismo que remete aos criticados sofistas às teorias filosóficas contemporâneas, o papel do conhecimento revelado ou adquirido embasa discussões sobre a definição de “verdade” e as condições em que esta pode ser considerada subjetiva, relativa, objetiva ou absoluta.

Personagens de ambos os livros buscam a verdade enquanto “coisa a ser verificada ou comprovada” (concepção latina), como algo relativo, ou “essência do agora”, em oposição à falsidade, ilusão ou aparência (visão grega) e, ainda, entendendo-a como algo dinâmico, carregado da noção de porvir, de profissão de fé, de aposta no futuro, tempo

³ Não se pretende aqui, comparar as duas obras em termos de sua qualidade/estilo, mas aproveitar a similaridade de formato (romance policial) e de argumento (busca de confirmação para rompimento de dogmas religiosos) para tecer comentários sobre questões relativas à temática do artigo.

⁴ “[...] devemos, de acordo com uma teoria dos códigos, falar em “verdades semióticas” (ECO, citado por BRITO Junior, 2005).

em que se localizaria sua concretização (COUTINHO, 2004). Em sua busca, desmentem os fatos, se desiludem com os achados e desconfiam da qualidade da informação que recebem.

Ainda que diferentes concepções de verdade estejam atreladas a igual número de construções científicas ou dogmáticas, formuladas por distintos grupos culturais, não é por acaso que ECO (1983) e BROWN (2003) arquitetam seus romances com base em discussões de cunho teológico. Tradicionalmente, para a sociedade ocidental, “a verdade absoluta é exatamente ‘Teos’, Deus [e...] há apenas uma fonte de verdade, o próprio Deus” (COUTINHO, 2004, p. 5). Desafiar seu aspecto divino é desafiar a própria fonte da verdade.

Neste particular, e adequadamente ao espírito de sua época, William de Baskerville necessita do livro para reforçar suas próprias crenças. O acesso ao objeto físico e à autoridade ali embutida são determinantes da verdade, mesmo que esta possa dar nova interpretação a esta mesma fonte de verdade, isto é, Deus. A sombra de um paradoxo existe – mesmo que se perceba em Frei Baskerville a mente objetiva e claramente científica – quando se aceita que um livro, escrito por um homem, possa determinar a natureza divina.

Por outro lado, igualmente coerente a seu espaço-tempo, Langdon avança no pensamento aristotélico (vetado a William e seus pares) apoiando a medida da verdade, ou sua verificação, em sua exterioridade. Isto é, a verdade presente no ser, na ação, e não no pensamento ou no discurso produzidos sobre eles. Nos momentos finais do filme “O Código Da Vinci”, frustradas as tentativas de se encontrar o sarcófago, Langdon consola Sophie dizendo que os documentos – como itens comprobatórios – têm importância relativa. Tudo é/será verdadeiro desde que ela assim o acredite. Tal visão “Heideggeriana” reforça que as verdades são respostas que o homem dá ao mundo. Na sociedade contemporânea, o conceito de verdade amplia-se e perde o critério do absoluto e/ou do indivisível. COUTINHO (2004) reforça que este “[...] sentido mais pluralista também é defendido por Foucault, para quem o significado de verdade seria o de expressão de determinada época, cada qual com sua verdade e seu discurso.”

Para representar a complexidade pela busca da verdade, ECO e BROWN utilizam – ainda que de maneiras distintas – a figura do labirinto como alegoria. Para o primeiro, cujo romance é ambientado em tempos medievais, caminhar pelo interior metafísico da biblioteca - garantido o caminho de volta pelo desfiar de um hábito franciscano - não é diferente de uma busca em *links* de hipertexto/hipermídia em labirintos digitais.

Langdon e Sophie realizam sua busca e montam seu quebra-cabeça fora do claustro, mas também para eles, chegar à informação (assumindo-se que se chegará à verdade) é um esforço tão físico quanto intelectual. Da mesma forma, todos os personagens-chave de ambos os romances, percorrem seus próprios labirintos mentais para o qual concorrem as interpretações, as dúvidas, as inferências e as conclusões articuladas a cada novo fato/descoberta. Da cópia de incunábulo para uma busca booleana via celular⁵, os dois mundos construídos por ECO e BROWN – e distantes por quase oito séculos - apresentam temas universais de triste atualidade relativos à disseminação da informação. O que justificaria a manutenção – na biblioteca da abadia de ECO – de um livro que poderia encerrar discussões quanto à possibilidade de que Jesus Cristo tenha sorrido alguma vez na sua vida, de alguma situação ou de alguém? Tanto para os teólogos medievais de ECO, como para a *Opus Dei* de BROWN, a divinização e a missão do Filho de Deus eram incompatíveis com o riso e, horror dos horrores, com o casamento e descendência. Portanto, o risco de manter este livro, ou o sarcófago com os restos de Maria Madalena, na iminência de que pudessem ser lidos/encontrados, apenas se justifica pela intenção de propagação do mito da sua não existência, gerando – por assim dizer – o dogma. Armazenar, não com o objetivo de disseminar, mas em seu contrário - a guarda canina de tais “monumentos” - explicita o controle sobre a não disseminação. Todavia, desafiando a neutralidade imposta tradicionalmente aos serviços e acervos das bibliotecas, a informação tem como característica inerente ser difusa, pois tende a “[...] escapar a vínculos não naturais de segredo nos quais gente de ‘mente voltada para coisas’ procura aprisioná-la [...].

⁵ A busca pelo celular ocorre no filme, ainda que no livro a dupla de heróis conte com o auxílio de uma arguta bibliotecária. Esta preferência pela tecnologia como, ironicamente, o “Santo Graal” da recuperação da informação, tem sido uma discussão recorrente na área de informação, em especial após o advento das ferramentas de busca, tendo o Google como paradigma.

Quanto mais refinada a informação [...] maior sua tendência para irromper”. (CLEVELAND, 1983, p. 9).

Se não bastasse esta peculiaridade, há o componente humano que descarta soluções simplistas para o fluxo informativo. Por que razão as pessoas buscam por informação? Qual a natureza das necessidades destas pessoas? Que uso querem dar à informação? Que critérios pessoais validam determinada informação?

LAUDES...

“Após o percurso de toda a cadeia de valores da informação, a biblioteca fornecerá ao seu cliente/usuário o produto informacional que atenda a suas necessidades específicas de acordo com o seu perfil de interesse, quer seja para estudo, para pesquisa ou para a tomada de decisão”.
(Kira Tarapanoff)

O esforço dos sistemas de informação tem sido o de colocar todas as outras atividades a serviço da construção do “melhor” conjunto informacional possível, que venha a responder a alguma necessidade explícita de determinado indivíduo ou grupo. Outra possibilidade para o sistema – ainda que menos cativante ou pró-ativa – é a de se oferecer produtos e serviços baseados em características globais de determinados tipos de usuários e esperar que estes, via de regra por iniciativa própria, assumam o papel de consumidores. Porém, fora do domínio do sistema, pessoas em geral (despidas da etiqueta de usuários) travam encontros e desencontros diários e cíclicos com as informações, em que o fator motivacional - compreendido como “um conjunto de relatos de escolhas, intensidades e sentimentos dos atos”⁶ - muitas vezes não tem respaldo racional. Se por um lado, William de Baskerville, enquanto busca descobrir “as coisas em sua verdade individual”, diverte-se com a gama de possibilidades que a situação lhe apresenta, por outro, Jorge de Burgos acredita cegamente (em termos literais) no perigo representado pela obra, opondo-se à liberdade do saber e da investigação intelectual. Contudo, ambos se seduzem mutuamente em jogos manipulativos e em falsas pistas. Ao final, ainda que William desvende a charada,

⁶ GODOI, Christiane Kleinübing. **Categorias da motivação na aprendizagem**. 2001. 417 fls. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

não tem como impedir a morte do velho monge, a queima do livro assim como de toda a biblioteca. De forma ainda mais lamentável, William se vê impotente perante a inquisição enquanto um potente mecanismo de manutenção de um *status quo*, respaldado por fluxos distorcidos de informação. Tanto em ECO como em BROWN, existem ameaças à integridade física daqueles que “conhecem” e, mais ainda, àqueles que se atrevem a disseminar tal conhecimento, mesmo que de maneira não intencional.

A ação dos protagonistas (e seus inimigos) de ambos os livros, mesmo respaldada na racionalidade da tomada de decisão, revela a visão popperiana de que “[...] o conhecimento não consiste em recepção e classificação ‘passivas’ atuadas pela mente, mas em racionalidade que se caracteriza por ‘tentativa e erro’” (MALDONATO, 2005, p. 77). Nesta proposta, os atos sociais dos indivíduos, incluídos aí buscam por informação (ou a aceitação de uma informação dada) obedecerá a limites cognitivos que “[...] induzem o decisor a recorrer a um modelo simplificado do mundo com o qual interage. O critério fundamental desta teoria é a noção de *satisficing*, cujo pressuposto é de que o indivíduo trabalha tendo em vista um resultado satisfatório, embora não necessariamente ótimo” (MALDONATO, 2005, p. 77). Neste particular, mesmo que Baskerville e Langdon pudessem estar extremamente motivados em suas respectivas cruzadas, poderiam ter optado por soluções mais rápidas e simples, porém satisfatórias. Neste caso, a noção de *satisficing* aproxima-se do princípio 80/20⁷, reformulado por George K. Zipf na popular “lei do menor esforço”, segundo a qual as pessoas tendem a minimizar seus trabalhos de modo que 20% ou 30% de quaisquer recursos respondem por 70% ou 80% do resultado.

Disseminar informação, sob a ótica dos sistemas de informação é não somente selecionar materiais que possam responder parte significativa das demandas, mas filtrar o conjunto de alternativas possíveis, oferecendo um ranking de escolhas tidas como adequadas, sabendo-se – de antemão – que apenas 20% ou 30% do que se colocará à

⁷ apresentado em 1897 pelo economista italiano Vilfredo Pareto.

disposição do solicitante será potencialmente utilizado. Extremando-se o raciocínio, estes 20% a 30% serão depurados uma vez mais pelos limites cognitivos do receptor.

DE PRIMEIRA A SEXTA...

“A pergunta certa é ordinariamente mais importante do que a resposta certa à pergunta errada”.

(Alvin Toffler)

Aceitando-se as premissas acima, em que o universo pessoal representa a fronteira do entendimento e da aceitação da informação como verdade, resta aos sistemas de informação trabalhar nos limites da negociação com usuário, atraindo-o não para um ambiente físico ou virtual específico, mas para o desafio e excitação da busca/acesso à informação mediada por seres humanos. Ainda que Jorge de Burgos leve o conceito de consumo de informação ao pé da letra, é a curiosidade e o desejo que movimentam a trama em busca do livro proibido. É a amizade e a relação de parentesco (ainda que espúria) que levam Langdon e Sophie – cidadãos mais que comuns na aparência – a uma aventura inimaginável.

Pessoas têm estilos diferentes de aprendizagem e aportam questões muito particulares para seus objetivos específicos. Para alguns, a informação deve ser focada na realidade como ela é. Para outros, a informação deve oferecer a possibilidade de examinar a problemática/questão sobre diferentes pontos de vista e, ainda, há aqueles que buscam integrar a informação recebida em uma perspectiva teórica.

Usuários colocados diante de sistemas formais de recuperação da informação e de seus produtos e serviços estarão diante de – pelo menos – três dimensões concomitantes ao acesso à informação: a dimensão física, a dimensão cognitivo/intelectual e a dimensão afetiva/emocional. Mesmo com toda a virtualidade do século XXI, Langdon e Sophie viajam, correm, tocam fisicamente objetos e monumentos. William e Adso – na falta de

uma tela de computador e celulares – obviamente fazem maior esforço físico. Contudo, os obstáculos são essencialmente os mesmos: portas fechadas, chaves, caminhos alternativos, claustros e catacumbas.

Intelectualmente, colocados frente a diferentes versões e fontes de informação, William, Adso, Langdon e Sophie demonstram habilidades para entender a informação. Utilizam suas experiências e conhecimentos prévios para estabelecer relações de causa e efeito, de complementaridade e de consequência entre dados novos ou aqueles já processados internamente. O uso efetivo de determinada informação repousa na utilização de critérios de qualidade que são, basicamente, os mesmos que se aplicam ao conceito de verdade: 1) correspondência ou concordância; 2) revelação ou eficácia; 3) conformidade a uma regra ou verificabilidade; 4) coerência e 5) utilidade ou propriedade física. (COUTINHO, 2004). Adicionado a isto, não se pode desprezar a capacidade de julgamento baseada no instinto e na habilidade de se sentir confortável com a apresentação da informação, relativas à dimensão afetiva/emocional. A credibilidade das fontes de informação passa por este filtro e por outro ainda mais sutil, relativo à confiança da pessoa que apresenta a informação ou a fonte desta. No caso de lendas urbanas, por exemplo, pessoas menos experientes, que não percebem ou reconhecem perigo iminente sobre o fato refletido na informação que recebem, tendem a ser mais crédulas. Da mesma forma, se algo nos é dito por alguém que confiamos, tendemos a acreditar na informação. O contrário ocorrerá se a informação provém de um desconhecido (FROST, 2002). Bem ao estilo de romance policial, Langdon e Sophie são acolhidos e tutorados por “Sir” Teabing, no qual depositam inteira confiança, mas, em sendo o “maestro”, está tão disposto a matar ou morrer como seu clone medieval, o monge Jorge de Burgos, respeitável referência religiosa e moral na abadia de ECO.

Mesmo que o indivíduo vá, ele mesmo, agregar valor à informação recebida, ampliando sua independência e autonomia no acesso à informação, os produtos, serviços e atividades dos sistemas de informação devem trabalhar mais sob a perspectiva da oferta do que da demanda. Enquanto **disponibilizar** situa-se na esfera da demanda por informação,

disseminar relaciona-se com a oferta, a terceiros, de informação contextualizada e detalhada, incluindo alternativas disponíveis e cenários futuros ao fato/situação em foco.

Independentemente da existência de um sistema formalizado de armazenagem e recuperação de informação, indivíduos e grupos se sentem cada vez mais estimulados a criar e oferecer informação, respaldados pelo uso de novas tecnologias. Cada pessoa é em si mesma, um sistema de informação autônomo, em que a busca de conteúdo normalmente produzido por terceiros, dá lugar ao que vem sendo chamado de “informação social”. Exemplos neste sentido são os *blogs*⁸, os *software* colaborativos do tipo *wiki* (em especial a *wikipedia*⁹) e os sites de relacionamento tais como o Orkut¹⁰ e o MySpace. Nestas estruturas, existe um sentido de localização, de presença e senso de comunidade, inexistente em sistemas de informação tradicionais. De uma maneira geral funcionam como alternativas em que o indivíduo estabelece sua própria maneira de criar e obter o conteúdo em que está interessado. Da mesma forma, cada um estabelece os procedimentos de filtragem, distribuição, personalização e conveniência do que é divulgado. Tais tecnologias se mostram adequadas para a comunicação informal, reconhecidamente volátil e de estrito interesse pessoal ou de um pequeno grupo. Ainda que tais mecanismos sejam também utilizados em processos de informação institucionalizados, o outro lado da moeda reside na fragilidade da garantia de permanência de conteúdos, da excessiva liberdade e da ausência ou falta de clareza quanto às normas de criação, processamento e disseminação de tais conteúdos. BAUMAN refere-se à inexistência de normas como “anomia” que “[...] é o pior

⁸ Um **weblog** ou **blog** é uma página da *Web* cujas atualizações (chamadas *posts*) são organizado cronologicamente (como um histórico ou diário). Estes *posts* podem ou não pertencer ao mesmo gênero de escrita, se referir ao mesmo assunto ou à mesma pessoa. A maioria dos blogs são miscelâneas onde os blogueiros escrevem com total liberdade. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Blog>).

⁹ A **Wikipédia** é uma enciclopédia multilingual *online* livre e colaborativa, ou seja, escrita por várias pessoas, todas elas voluntárias. Por ser livre, entende-se que qualquer artigo dessa obra pode ser copiado, modificado e ampliado, desde que os direitos de cópia e modificações sejam preservados, visto que o conteúdo da Wikipédia está sob a licença GNU/FDL. Foi criada em Janeiro de 2001 baseada no sistema *wiki* (do havaiano *wiki-wiki*, significando "rápido", "veloz", "célere"). (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wiki>).

¹⁰ O **Orkut** é uma rede social filiada ao Google, criada em 22 de Janeiro de 2004 com o objetivo de ajudar seus membros a criar novas amizades e manter relacionamentos. Seu nome é originado no projetista chefe, Orkut Büyükkökten, engenheiro turco do Google. Tais sistemas, como esse adotado pelo projetista, também são chamados de rede social. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Orkut>).

que pode acontecer às pessoas em sua luta para dar conta dos afazeres da vida” (2001, p. 28). Em tempos de modernidade líquida, os impulsos momentâneos, entre eles a compulsão, a ação “[...] de curto prazo, destituída de rotinas sustentáveis, uma vida sem hábitos, é imaginar, de fato, uma existência sem sentido” (BAUMAN, 2001, p. 29). Ainda que não se refira exatamente à informação, as reflexões de BAUMAN podem ser extrapoladas para o reconhecimento da proliferação danosa de pseudo-conteúdos informativos que muitas vezes não são mais que ruídos. Dos livros únicos, copiados e ilustrados manualmente em uma Abadia do século XIV, passamos para uma overdose informativa que gira em um carrossel de tecnologias convergentes, rompendo tempo e espaço.

Aliada a característica de volatilidade de produtos e serviços feitos de todos para todos, esta nova ordem de comunicação ressalta a tendência crescente de se transferir a responsabilidade plena sobre o processo de busca e uso da informação para o consumidor. Resumida tal condição à expressão *caveat emptor*¹¹, ou no caso da informação *caveat lector*¹², dilemas éticos se impõem. Porém... nada de novo sob o sol pois, já em 1300, William é um cliente indesejado na biblioteca e que comete pelo menos dois pecados capitais: não levantar falso testemunho e não roubar. Seus colegas monges mostram outras fraquezas da carne e do espírito e, por ignorar o princípio do acautelamento, sofrem atroz consequências. Mesmo o bibliotecário, representando a ideal neutralidade, cede à curiosidade, traindo a confiança de Jorge de Burgos.

Mesmo que se considere a responsabilidade individual na produção e consumo da informação, HILL (1998) apresenta áreas que podem gerar conflitos éticos ao profissional da informação, das quais se podem destacar: a) a correta citação de fontes, b) a validação de toda a informação repassada ao cliente, c) a garantia de confidencialidade e privacidade, d) a censura a determinado tipo de informação pretensamente danosa ao contexto da

¹¹ em uma tradução livre: “que o consumidor se acautele”.

¹² da mesma forma: “que o leitor se acautele”. Quando o autor/escritor alerta ao leitor que o que foi recém lido (ou o que seguirá no texto) pode ser falso ou deficiente de alguma forma. (http://en.wikipedia.org/wiki/Caveat_lector).

organização. Estes são alguns exemplos de situações em que o profissional da informação pode ter dúvidas legítimas sobre como atuar e manter a coerência de suas ações.

Ainda que a informação possa ser repassada de forma completa, atualizada, com um mínimo de erros; que apresente baixo grau de tendenciosidade, manipulação, ambigüidade ou fraude, seu mau uso acarreta desde pequenas perdas até catástrofes que poderiam ser evitadas. Horton e Lewis (1991) editoraram doze artigos explicitando falhas no gerenciamento de informação que levaram a desastres com perdas materiais e humanas consideráveis. A explosão do ônibus espacial Challenger (1986), o afundamento da plataforma P-36 no litoral brasileiro (2001), o ataque às torres gêmeas (2001), os tsunamis na Indonésia (2004) e o furacão Katrina na Costa Leste dos EUA (2005), são exemplos recentes de tragédias anunciadas. Nestes eventos, dados estavam disponíveis e a informação chegou aos responsáveis em diferentes camadas da cadeia de comando. Obviamente decisões foram tomadas, mas há o direito legítimo de se duvidar da pertinência e validade de tais decisões, malgrado a qualidade intrínseca da informação.

NONA...

Mazelas relacionadas à criação, coleta, processamento e disseminação da informação parecem ser “enfermidades” da sociedade contemporânea, cujas causas repousariam no uso intensivo e extensivo de tecnologias. MOORE (1998) destaca a existência de uma nova categoria de direitos civis: o direito intelectual. Este se divide em cinco tipos: a) o direito do cidadão de lucrar com suas conquistas intelectuais e o direito de se prevenir que outros o façam à sua revelia; b) o direito à proteção e à privacidade de seus dados pessoais; c) o direito de acesso à informação governamental e à informação que o governo possa ter sobre ele; d) o direito de ser protegido de informações maliciosas e; e) o direito de receber serviços personalizados e adequados à necessidade do cidadão. Tais direitos, que obviamente gerarão conflitos éticos como os descritos acima, estão sob a responsabilidade conjunta de governos, organizações, indivíduos e da indústria da informação. O autor considera que estes são os requisitos de uma sociedade da informação

minimamente equitativa, exigindo esforço político de todos os participantes nesta equação. Contudo, lançando tais direitos à luz das obras de ECO e de BROWN, pode-se perceber que há muito de ideal em tais propostas. Os personagens de ambos os livros – em suas respectivas sociedades de/com informação – apóiam toda sua saga com base em tais premissas. O labirinto está sempre à espreita. E se não este, a “morte” – mencionada na epígrafe deste artigo. No mundo da informação, a princípio, não há uma morte física. Contudo, a morte de uma idéia, de um pensamento, de um desejo é tão ou mais perversa que aquela. Para tantos de nós que estamos entre a ingenuidade de Adso de Melk e a argúcia brilhante de William de Baskerville... mentira e verdade jogam um jogo tautológico... *similia similibus curantur*¹³

VÉSPERAS...

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 258 p.

BRITO JUNIOR, A. B. Verdade e Mentira em Baudolino: Análise do lugar da semiótica na relação entre os trabalhos teóricos e a ficção de Umberto Eco. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, vol. 3, n.1, ago. 2005, 15 p. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/grupos/casa/CASA-home.html>> Acesso em: 01. Jun. 2006

CLEVELAND, H. A Informação como um recurso. **Diálogo**, Rio de Janeiro, v.16, n. 3, p.7-11, 1983.

COUTINHO, I. O conceito de verdade e sua utilização no Jornalismo.

Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo, v 1, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.metodista.br/unesco/GCSB/index.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2006

¹³ Semelhantes são curados por semelhantes.

FROST, C. Source credibility: do we really believe everything we're told? **Aslib Proceedings**, v. 54, n. 4, p. 222-228, 2002.

HILL, M. W. Facing up to dilemmas: conflicting ethics and the modern information professional. **Aslib Proceedings**, v. 50, n. 4, p. 71-78, 1998.

HORTON Jr., F. W., LEWIS, D. **Great information disasters**: twelve prime examples of how information mismanagement led to human misery, political misfortune and business failure. London: ASLIB, 1991. 218 p.

MALDONATO, M. Decisões que a razão desconhece. **Scientific American Brasil**, v. 3, n. 33, p. 76-82, Fev. 2005.

MOORE, N. Rights and Responsibilities in an Information Society. **The Journal of Information, Law and Technology**. n. 1, 1998. Disponível em: <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/law/elj/jilt/1998_1/moore/> . Acesso em: Jun. 2006

TARAPANOFF, K. et al. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 91-100, set./dez. 2000.

COMPLETAS...

BROWN, D. **O Código Da Vinci**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004. 423 p.

ECO, U. **O Nome da Rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. 562 p.

Patrícia Zeni Marchiori

Professor Adjunto IV. Universidade Federal do Paraná/Departamento de Ciência e Gestão da Informação. Doutora em Comunicação – Ciência da Informação ECA/USP.

pzeni@ufpr.br

Recebido em: 12/07/2006

Aceito para publicação em: set. 2006